

Aprovada por despacho de 17-12-2004 exarado na
informação n.º I-IGFSS/#DGA-DAI-NCP/309654/2024

CADERNO DE ENCARGOS

**SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA À EMPREITADA DE
OBRAS PÚBLICAS CONSUBSTANCIADA EM OBRAS DE
REABILITAÇÃO INTEGRAL DO INTERIOR DO EDIFÍCIO
SITO NA AVENIDA MANUEL DA MAIA, N.º 58, EM
LISBOA**

AJUSTE DIRETO N.º 2124000256

ÍNDICE

CLÁUSULA 1.ª – OBJETO	3
CLÁUSULA 2.ª - FORMA E DOCUMENTOS CONTRATUAIS	3
CLÁUSULA 3.ª – PRAZO DE VIGÊNCIA	4
CLÁUSULA 4.ª – PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO	4
CLÁUSULA 5.ª – PREÇO BASE	4
CLÁUSULA 6.ª - PREÇO CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	5
CLÁUSULA 7.ª – SANÇÕES	5
CLÁUSULA 8.ª – FASES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	6
CLÁUSULA 9.ª – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	6
CLÁUSULA 10.ª – REUNIÕES	8
CLÁUSULA 11.ª – ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS	8
CLÁUSULA 12.ª – CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA	8
CLÁUSULA 13.ª - PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	9
CLÁUSULA 14.ª - RESPONSABILIDADES	10
CLÁUSULA 15.ª – ERROS E OMISSÕES DOS PROJETOS	10
CLÁUSULA 16.ª - SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	10
CLÁUSULA 17.ª - FORÇA MAIOR	10
CLÁUSULA 18.ª - GESTOR DO CONTRATO DO IGFSS	11
CLÁUSULA 19.ª - COMPROMISSO AMBIENTAL	11
CLÁUSULA 20.ª - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	11
CLÁUSULA 21.ª - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	11
CLÁUSULA 22.ª - CONTAGEM DOS PRAZOS	12
CLÁUSULA 23.ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	12
CLÁUSULA 24.ª - FORO COMPETENTE	12
PARTE II - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS	12
CLÁUSULA 25.ª – CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR	12

CADERNO DE ENCARGOS**SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA À EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS CONSUBSTANCIADA EM OBRAS DE REABILITAÇÃO INTEGRAL DO INTERIOR DO EDIFÍCIO SITO NA AVENIDA MANUEL DA MAIA, N.º 58, EM LISBOA****AJUSTE DIRETO N.º 2124000256****PARTE I – DISPOSIÇÕES GERAIS****CLÁUSULA 1.ª – OBJETO**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas e técnicas relativas ao procedimento por ajuste direto, que tem por objeto a contratação de serviços de assistência técnica à empreitada de obras públicas consubstanciada em obras de reabilitação integral do interior do edifício sito na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa, pertencente ao Património Imobiliário do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS).
2. O serviço de Assistência Técnica, decorre dos projetos de especialidades já elaborados e aprovados no âmbito do contrato nº 1001/20/00048 e Procedimentos nº 1001/21/0000092 e 1001/22/0000038.
3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos - Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a prestação de serviços tem a seguinte classificação: 71200000-0 - Serviços de arquitetura e afins.

CLÁUSULA 2.ª - FORMA E DOCUMENTOS CONTRATUAIS

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelo convidado, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - 2.3. O caderno de encargos e anexos;
 - 2.4. A proposta adjudicada;
 - 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, o prestador de serviços obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e as normas, regulamentos, e legislação em vigor, designadamente:
 - 3.1. A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, que aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, bem como as indicações do projetista, numa perspetiva de reciprocidade;
 - 3.2. A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação atual que aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos e os deveres que lhes são aplicáveis;
 - 3.3. O Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e demais legislação de segurança e saúde do trabalho aplicável;
 - 3.4. Os demais diplomas legais e regulamentares em vigor e que se relacionem com os serviços a prestar no âmbito do contrato a celebrar, e que serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais, cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, pela ordem pela qual aí são indicados, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª – PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato a celebrar no âmbito do procedimento inicia-se no dia seguinte à sua publicitação no portal dos contratos públicos, nos termos do artigo 127.º do CCP, e mantém-se em vigor até a conclusão da empreitada de obras públicas consubstanciada em obras de reabilitação integral do interior do edifício sito na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 4.ª – PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

1. O prazo máximo expectável de execução dos serviços objeto do procedimento, é de 18 meses, prazo previsto para a execução da empreitada de obras públicas consubstanciada em obras de reabilitação integral do interior do edifício sito na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa.
2. Os serviços serão prestados pelo projetista no local que este repute mais conveniente, sem prejuízo da obrigação de se deslocar às instalações do IGFSS ou ao local da obra, sempre que este o convoque para o efeito ou se mostre necessário para a boa prestação dos serviços.

CLÁUSULA 5.ª – PREÇO BASE

1. O preço base, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, é de 7.875,00 EUR (sete mil, oitocentos e setenta e cinco euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula incluem todos os custos, encargos e despesas, incluindo o processo de licenciamento/comunicação prévia, visando obter o alvará de licença de construção, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IGFSS, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Nos preços referidos no n.º 1 da presente cláusula não estão incluídos os custos com pagamentos de impostos, taxas, emolumentos ou quaisquer outros encargos perante Câmaras Municipais ou outras entidades, os quais serão suportados pelo IGFSS.
4. Quaisquer atividades diretamente relacionadas com o objeto dos documentos contratuais, que decorram da normal execução do contrato, mas que não estejam especialmente previstas, e que venham a ser aconselhadas por força das circunstâncias, consideram-se como prestações acessórias, não dando lugar a qualquer pagamento para além do que ficar contratado.
5. O valor dos honorários do projetista é fixo e não revisível, retribui todos os serviços contratados, incluindo o pagamento de todas as especialidades e demais trabalhos subsidiários, designadamente os estudos auxiliares contratados e todos os custos inerentes à prestação de serviços.
6. As repetições dos projetos reprovados pelo IGFSS e ainda daqueles que tenham sido aprovados, mas apresentem erros, omissões ou quaisquer outras deficiências não serão remuneradas, correndo por conta do projetista todos os trabalhos e encargos inerentes à sua realização.

CLÁUSULA 6.ª - PREÇO CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do caderno de encargos, o IGFSS deve pagar ao projetista o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. As quantias devidas pelo IGFSS nos termos do artigo anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da fatura, devendo aquela ser acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
 - 2.1 Para efeitos do disposto no número anterior, a obrigação vence-se no primeiro terço do desenvolvimento da execução obra, a decorrer em prestações mensais.
3. Em caso de discordância por parte do IGFSS quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., sito na Av. Manuel da Maia n.º 58, 1049-002 Lisboa, e encontram-se sujeitas ao disposto no artigo 299.º B do CCP. Para o efeito deve ser utilizado o sistema de faturação eletrónica disponibilizado pela eSPap, devendo identificar:
 - 4.1 O objeto do contrato;
 - 4.2 O número do contrato;
 - 4.3 O número do compromisso.
5. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes, não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.
6. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas nos números anteriores da presente cláusula não autoriza o prestador de serviços a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º CCP.
7. O atraso de pagamentos está sujeito ao estabelecido na Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e no Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.
8. Durante a vigência do contrato não haverá lugar a revisão/atualização do preço contratado.

CLÁUSULA 7.ª – SANÇÕES

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o IGFSS pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma sanção pecuniária, pelo incumprimento dos prazos para a prestação dos serviços, nos seguintes termos:
 - 1.1. Pelo incumprimento do prazo fixado:
 - 1.1.1. É aplicada uma sanção de 2‰ (dois por mil) sobre o preço contratual, até 2 dias (de calendário) de atraso após data estabelecida para resposta, aos pedidos efetuados no âmbito da Fase 1;
 - 1.1.2. É aplicada uma sanção de 3‰ (três por mil) sobre o preço contratual, até 2 dias (de calendário) de atraso após data estabelecida para resposta, aos pedidos efetuados no âmbito da Fase 3.
 - 1.2. Quando se trata de pedidos de esclarecimentos, especificidades técnicas, bem como detalhe de execução de obra (peças desenhadas de pormenor), as sanções previstas no número anterior são agravadas em 2‰ (dois por mil) e 3‰ (três por mil), respetivamente.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o IGFSS pode aplicar-lhe uma sanção pecuniária de valor até 20% do preço contratual.
3. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número dois são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a resolução.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o IGFSS tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
6. O não cumprimento das cláusulas de execução do contrato, quando a sua gravidade o justifique pelos danos causados, poderá constituir fundamento para a sua rescisão imediata, independentemente das sanções previstas na lei e de outros procedimentos legais que se julgue conveniente adotar.

CLÁUSULA 8.ª – FASES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Os serviços objeto do contrato, com vista à assistência técnica à empreitada de obras públicas consubstanciada em obras de reabilitação integral do interior do edifício sito na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa, devem dar cumprimento ao disposto na Portaria 255/2023, de 07 de agosto e compreendem:
 - 1.1. Fase 1: Acompanhamento da instrução do procedimento de contratação da empreitada de obras públicas consubstanciada em obras de reabilitação integral do interior do edifício sito na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa.
 - 1.2. Fase 2: Instrução dos pedidos de licenciamento junto das entidades competentes, englobando:
 - 1.2.1. Comunicação do início de obra (Parecer prévio sobre obras de edificação);
 - 1.2.2. Pedido de atualização de Licença de Utilização do imóvel (Comunicação Prévia);
 - 1.3. Fase 3: No decurso da empreitada, com estimativa de 18 (dezoito) meses, a contar da data da consignação da empreitada a que diz respeito e até ao auto de receção provisória.
2. A Fase 1 decorre concomitantemente ao período de submissão dos pedidos de pareceres relacionados com certificação, bem como controlo prévio municipal se aplicável, designadamente licenciamento, comunicação prévia ou pedido de parecer prévio não vinculativo.

CLÁUSULA 9.ª – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em legislação aplicável, no caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços além de outras decorrentes do estabelecido nas peças do procedimento e na legislação aplicável, que lhe foi adjudicada:
 - 1.1. Requerer junto das entidades externas competentes, a emissão de pareceres favoráveis relacionados com certificação, bem como controlo prévio municipal se aplicável, designadamente licenciamento e/ou comunicação prévia e pedido de parecer prévio não vinculativo, englobando atualização de Licença de Utilização do imóvel.
 - 1.2. Demonstrar a exequibilidade e adequabilidade das soluções propostas e das técnicas construtivas aplicadas, numa perspetiva de otimização dos prazos de realização da obra, dos custos de construção, dos custos de funcionamento e dos custos de conservação e manutenção durante a utilização do edifício, devendo ainda ser evidenciada a conformidade dos estudos e projetos com os requisitos de segurança, qualidade e ambiente.
 - 1.3. Prestar apoio ao IGFSS na preparação e gestão do procedimento de contratação da empreitada que concretizará materialmente o Projeto de Execução, em sede de instrução de procedimento concursal, em fase de pedidos de esclarecimentos e pedidos de erros e omissões;
 - 1.4. Prestar o serviço de Assistência Técnica à obra, nos momentos em que a mesma vier a ser executada;
 - 1.5. Executar os trabalhos que lhe foram adjudicados com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - 1.6. Prestar os esclarecimentos ao IGFSS, ao revisor do projeto e demais consultores, ao empreiteiro, necessários à correta interpretação do projeto;

- 1.7. Dar assistência ao IGFSS na seleção dos materiais e componentes a serem utilizados;
- 1.8. Assegurar, por si ou por mandatário, o acompanhamento da obra, assinalando no respetivo livro o adiantamento dos trabalhos e a qualidade da execução, bem como qualquer facto contrário aos projetos;
- 1.9. Colaborar nas ações realizadas pelas entidades responsáveis por vistorias e fiscalização;
- 1.10. Contribuir para a melhoria das características técnicas das infraestruturas, elaborando projetos de acordo com o estado da arte;
- 1.11. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar;
- 1.12. Verificar a existência dos elementos necessários e suficientes para definir e enquadrar tecnicamente a obra em causa, cumprindo-se o disposto no n.º 5 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos;
- 1.13. Prestar ao IGFSS toda a cooperação e esclarecimentos necessários sempre que este o solicite;
- 1.14. Acompanhar e esclarecer os Técnicos Autores no desenvolvimento dos trabalhos de correção dos erros ou omissões identificadas em sede de revisão;
- 1.15. Proceder, concluída a obra, à elaboração das telas finais a ela respeitantes, verificando a conformidade das mesmas com o Projeto de Execução e das eventuais alterações nele introduzidas, bem como recolher toda a informação junto do empreiteiro e entregar ao IGFSS os exemplares das telas finais aceites;
2. Sem prejuízo do disposto no número da cláusula 12.ª do caderno de encargos, para efeitos de satisfação do objeto do procedimento, o prestador de serviços deverá mobilizar e integrar os técnicos com as aptidões e qualificações profissionais indispensáveis à integral e rigorosa execução da prestação de serviços, e legalmente exigíveis ao exercício das respetivas atividades, no âmbito da legislação aplicável à elaboração do projeto, nos termos definidos no caderno de encargos.
3. O prestador de serviços fica ainda obrigado a dar cumprimento à legislação portuguesa em vigor aplicável à prestação de serviços, designadamente no que concerne à responsabilidade por prejuízos a terceiros, às relações de trabalho, à segurança social e à segurança e medicina no trabalho, salvo no que for expressamente alterado por este caderno de encargos.
4. Constituem ainda obrigações do prestador de serviços:
 - 4.1. Comunicar ao IGFSS, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - 4.2. Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
 - 4.3. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justificarem;
 - 4.4. Comunicar ao IGFSS qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - 4.5. Cumprir as disposições legais e regulamentares em vigor sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos objeto deste procedimento, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.
 - 4.6. É obrigação do prestador de serviços o cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 419.º - A por remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, devendo os trabalhadores afetos a prestação de serviço prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
5. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao cumprimento do contrato, bem como, ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo nos prazos estipulados no caderno de encargos.

6. Todas as prestações indicadas na presente cláusula encontram-se já a coberto dos honorários a pagar ao Projetista, devidamente compreendidos na proposta apresentada.
7. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

CLÁUSULA 10.ª – REUNIÕES

1. No sentido de operacionalizar a prestação de serviços, fica prevista a primeira reunião de trabalho, a agendar no prazo máximo de 3 dias úteis após a outorga do contrato.
2. Para além da reunião de trabalho definida no número anterior, o IGFSS poderá designar reuniões intercalares de análise dos trabalhos relativos ao período de Assistência Técnica à obra:
 - 2.1. Estão previstas reuniões mensais, presenciais cada 2 (dois) meses.
3. As reuniões poderão ter lugar nas Instalações do IGFSS, no local da obra ou nas instalações de outras entidades externas envolvidas.
4. As reuniões que se revelem necessárias devem ser alvo de uma convocação escrita, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis em relação à data proposta.
5. O Projetista será responsável pela elaboração das atas de reunião, que depois de assinadas pelos intervenientes, servirão como documento oficial sobre as decisões tomadas nas mesmas.

CLÁUSULA 11.ª – ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

1. As dúvidas que o Projetista tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação dos serviços devem ser submetidas ao gestor de contrato designado pelo IGFSS, antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o Projetista submetê-las imediatamente ao gestor de contrato designado pelo IGFSS, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

CLÁUSULA 12.ª – CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA

1. A Equipa a afetar pelo Projetista à Assistência Técnica da obra, deverá ser composta por técnicos titulares das habilitações académicas, profissionais e técnicas legalmente exigidas e aptas à prestação do devido acompanhamento em obra, considerando os projetos existentes, no respeito do disposto nos artigos 10.º e 12.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Projetista deverá assegurar, que a prestação dos serviços objeto do procedimento, assenta numa estrutura composta por:
 - 2.1. **Diretor de Projeto**, que deve assegurar a coordenação do Projeto, nomeadamente no que se refere à coordenação das atividades dos vários intervenientes no projeto, garantindo a adequada articulação da equipa, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares, tal como definido no artigo 9.º da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.
 - 2.2. **Técnicos Autores** que assegurem assistência a todas as especialidades do projeto de execução já elaborado e aprovado.
3. A Equipa só pode ser alterada mediante prévio e expresse consentimento do IGFSS.
4. Deve ser assegurada a coordenação do projeto, nomeadamente no que se refere à coordenação das atividades dos vários intervenientes no Projeto, garantindo a adequada articulação de toda a equipa de projeto e assegurando a participação dos técnicos autores, a

compatibilidade entre os diversos Projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares, tal como definido no artigo 8.º da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.

CLÁUSULA 13.ª - PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. O Projetista compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, sem prejuízo do cumprimento das obrigações legais ou regulamentares a que o prestador de serviços se encontre sujeito, designadamente:
 - 1.1. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo IGFSS, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - 1.2. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - 1.3. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o IGFSS esteja especialmente vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - 1.4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do IGFSS, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - 1.5. Prestar ao IGFSS toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
 - 1.6. Manter IGFSS informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - 1.7. Assegurar o cumprimento do RGPD, e demais legislação, relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Projetista, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Projetista e o referido colaborador;
 - 1.8. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - 1.9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo IGFSS ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - 1.10. Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
 - 1.11. Prestar a assistência necessária ao IGFSS no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;

- 1.12. Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD.
2. O Projetista será responsável por qualquer prejuízo em que o IGFSS ou qualquer terceiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

CLÁUSULA 14.ª - RESPONSABILIDADES

1. O Projetista responde perante o IGFSS por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais.
2. Do mesmo modo, o Projetista responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o IGFSS vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Projetista, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Projetista a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da prestação de serviços, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores e do deficiente comportamento ou, ainda, da falta de segurança dos materiais e equipamentos.

CLÁUSULA 15.ª – ERROS E OMISSÕES DOS PROJETOS

1. A revisão dos projetos pelo IGFSS, ou por terceiros por este contratado, não desonera o Projetista das responsabilidades contratuais que lhe caibam por erros e omissões do projeto em sede de contratação e execução da respetiva empreitada.
2. O Projetista ressarcirá o IGFSS dos prejuízos que este venha a sofrer resultantes de erros de cálculo, erros materiais e outros erros e omissões das folhas de medição discriminadas e referenciadas e respetivos mapas-resumo de quantidades de trabalhos do projeto, que lhe sejam imputáveis, nos termos definidos no Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 16.ª - SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

1. Todos os elementos entregues pelo IGFSS no âmbito do procedimento, bem como em fase de execução do contrato, são fornecidos sob reserva de confidencialidade, não podendo ser divulgados por qualquer forma, sem prévia autorização escrita do IGFSS, restringindo-se a sua utilização ao prosseguimento do fim a que se destinam.
2. O prestador de serviços garantirá o sigilo quanto a informações, designadamente de carácter fiscal, que os seus trabalhadores venham a ter acesso relacionadas com a atividade do IGFSS.
3. Cabe ao prestador de serviços assegurar que as pessoas ou entidades que tiverem acesso à informação sujeita a sigilo referida no número anterior, assumam perante si um compromisso de confidencialidade, limitando a divulgação de informação exclusivamente às pessoas ou entidades que dela tenham de tomar conhecimento para tornar possível a sua intervenção nos processos em que intervêm.
4. O prestador de serviços assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral que o IGFSS ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência de ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados.

CLÁUSULA 17.ª - FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas sanções ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - 3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 18.ª - GESTOR DO CONTRATO DO IGFSS

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP o gestor do contrato do IGFSS que acompanhará em permanência a execução deste, será a Diretora da Direção de Administração e Infraestruturas (DAI).
2. A identificação nominal do gestor de contrato indicado no número anterior constará do contrato.
3. Caso se verifique, durante a execução do contrato, a substituição de gestor contratual, a sua indicação será comunicada ao Projetista.

CLÁUSULA 19.ª - COMPROMISSO AMBIENTAL

Na execução do contrato, o prestador de serviços pugnará pelas melhores práticas ambientais que possa desempenhar, inerentes ao cumprimento da sua proposta.

CLÁUSULA 20.ª - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização expressa da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 21.ª - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. O prestador de serviços deverá informar a entidade adjudicante das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes a:
 - 2.1. Poderes de representação no contrato celebrado para a aquisição dos serviços;
 - 2.2. Nome ou denominação social;
 - 2.3. Endereço ou sede social;
 - 2.4. Quaisquer outros fatores que alterem de modo significativo a sua situação.

CLÁUSULA 22.ª - CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 23.ª - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que se encontre omissa e não esteja especialmente previsto no caderno de encargos aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA 24.ª - FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS

CLÁUSULA 25.ª – CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR

1. O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. pretende a concretização de empreitada de obras públicas consubstanciada em obras de reabilitação integral do interior do edifício sito na Avenida Manuel da Maia, n.º 58, em Lisboa, pertencente ao Património Imobiliário do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS).
2. O objetivo do procedimento é o IGFSS dispor de Assistência Técnica à empreitada, assumindo o Projeto Execução existente, garantindo as condições da sua execução e conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis em vigor.
3. Os métodos e técnicas de construção ou dos materiais a prever nos Projetos de Execução, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra, deverão visar o desígnio de edifício *nZEB* (*near Zero-Energy Building*).
4. A assistência técnica deve ter em atenção o estipulado na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e ainda, no que é aplicável, o Código dos Contratos Públicos, constituindo-se como Dono da Obra o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.
5. No âmbito dos serviços objeto do procedimento, o Projetista deverá deslocar-se aos edifícios para confirmação do levantamento dimensional a fornecer pelo IGFSS, elaborar (retificar e validar, nos casos em que existe) mapas de trabalhos e quantidades com descrição detalhada de todos trabalhos necessários a executar e respetivas medições e quantidades (indicação de todos os trabalhos acessórios que se tornem necessários, de forma a sustentar o procedimento de contratação de empreitada de obras públicas subsequente), elaborar mapas de estimativa orçamental para as empreitadas (indicação dos preços unitários e globais para a intervenção, que permita aferir um valor base), elaborar uma calendarização com descrição dos trabalhos, enviar as peças em versão *draft* das plantas de alterações (amarelos-vermelhos) para verificação intermédia e entrega de peças/telas finais, e ainda prestar apoio técnico durante todo o procedimento aquisitivo de empreitada de obras públicas, na submissão em plataforma de compras públicas acinGov, no âmbito de eventuais esclarecimentos ou erros e omissões, sobre os projetos/peças e retificações eventualmente necessárias e ainda prestar apoio técnico durante a obra.

